

CARTILHA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS



FEDERAÇÕES
E SINDICATOS



contrafcut



@contrafcut



@contrafcut



www.contrafcut.org.br



+55 11 3107.2767

Rua Libero Badaró, 158 / 1º andar • Centro • São Paulo / SP • CEP 01008-000

RESISTIR E VENCER

CARTILHA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS



www.contrafcut.org.br

Se é
público,
é para
todos.

Defender os **bancos públicos**
é defender o **Brasil**

CARTILHA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS



 [contrafcut](#)  [@contrafcut](#)  [@contrafcut](#)  [www.contrafcut.org.br](#)  +55 11 3107.2767

Rua Libero Badaró, 158 / 1º andar • Centro • São Paulo / SP • CEP 01008-000
Secretaria de Comunicação

RESISTIR E VENCER

CARTILHA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS



 [www.contrafcut.org.br](#)





Se é público,
é para todos.

CARTILHA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

Defender as empresas públicas é defender o Brasil	07
Patrimônio público	09
Privatização é um mau negócio	11
A importância dos bancos públicos	13
Crédito	15
Habitação	17
Agricultura, pequenas e médias empresas	19
Redução das desigualdades regionais	21
Emprego e renda no Brasil	23
O banco que nós queremos	25
Se é público é para todos	27
Operações de crédito no país	33
Agências no Brasil	35



DEFENDER AS EMPRESAS PÚBLICAS É DEFENDER O BRASIL

A ideia de privatização das empresas e bancos públicos não é nova. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, prometeu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a eliminação dos bancos públicos, seja pela via das privatizações, seja pela via do seu enfraquecimento, transformando-os em bancos de segunda linha.

A ideia é reforçada pela desqualificação das empresas e funcionários públicos. Querem fazer a sociedade acreditar que tudo o que é privado é melhor e o mercado é capaz de solucionar todos os problemas do país.

Na verdade, trata-se de uma posição liberal-conservadora, que defende um Estado para atender somente aos interesses de grandes grupos econômicos, insensível aos problemas sociais como o déficit habitacional, o desemprego e o acesso à educação de qualidade, os problemas de atendimento à saúde etc.

O governo Bolsonaro, através de seu ministro da Fazenda, Paulo Guedes, que vem do mercado financeiro, está planejando exatamente isso, o desmonte dos bancos públicos e a entrega das áreas estratégicas e rentáveis para o setor privado.



PATRIMÔNIO PÚBLICO

As principais empresas estatais do país registraram no primeiro semestre de 2018 resultado líquido somado de R\$ 37,3 bilhões, avanço de 136% na comparação com o mesmo período do ano passado. Nos seis primeiros meses de 2018, as estatais pagaram R\$ 5,7 bilhões em dividendos e participações à União, o que representa aumento real de 27% em relação ao mesmo período de 2017. A projeção atual é a de que estas empresas tenham contribuído até dezembro de 2018 com R\$ 7,9 bilhões de dividendos aos cofres públicos, o que representaria 0,11% do PIB. É o maior patamar em três anos. O resultado deve impulsionar o pagamento de dividendos à União e ajudar a amenizar o rombo das contas públicas.

E isso, não aconteceu apenas nos últimos anos. Em janeiro de 2018, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) lançou a Nota Técnica 189, que demonstrou que as empresas estatais distribuíram, nos quinze anos compreendidos entre 2002 e 2016, mais de R\$ 285 bilhões em dividendos. No mesmo período, somente os bancos públicos distribuíram R\$ 203 bi em dividendos à União.



PRIVATIZAÇÃO É UM MAU NEGÓCIO

Ou seja, as estatais não dão prejuízo. Dão lucro e compõem a base da sustentação financeira do país. Como elas dão lucro e os dividendos que podem advir da atividade dessas empresas são superiores à receita finita gerada em processos de privatização, toda vez que o Brasil vende uma empresa pública, está repassando à iniciativa privada ganhos que compõem o patrimônio nacional.



A IMPORTÂNCIA DOS BANCOS PÚBLICOS

Os bancos públicos são imprescindíveis para o Brasil. Eles desempenham um papel fundamental na economia brasileira ao promover o desenvolvimento econômico e social. Desempenham a função que os bancos privados se negam a cumprir: estimulam a bancarização em todas as regiões do país, ofertam atendimento e acesso ao crédito à população de baixa renda, ao pequeno e microempreendedor, à agricultura familiar etc.

Os bancos privados, ao contrário, focam sua atuação nas atividades de maior rentabilidade.

A eficiência de um banco público ou privado deve ser avaliada sob critérios objetivos relacionados às suas funções básicas. Mas bancos públicos, exatamente porque são públicos e não atendem aos interesses somente dos seus clientes e acionistas, também devem ser avaliados por critérios que vão além dos números que aparecem em suas demonstrações contábeis.



CRÉDITO

É importante lembrar que, a política de juros adotada pelo governo federal junto a essas instituições públicas, em 2008, foi a responsável por estancar os efeitos mais imediatos da crise financeira internacional. Até 2016, 56% do crédito no Brasil vinham dos bancos públicos.

O financiamento total disponibilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, havia crescido, desde 2008, 76,2% em termos reais, chegando à casa dos R\$ 601 bi em dezembro de 2016. Desse total, R\$ 522 bi foram destinados ao investimento de empresas na economia brasileira.

Mas, desde 2016, o BNDES está sendo descapitalizado. Já foram retirados R\$ 130 bilhões dos cofres do banco e devolvidos ao Tesouro Nacional. O governo, ao decidir pela redução dos financiamentos no BNDES, afirmou que se assistiria ao aumento da participação do setor privado. Porém, tal substituição não foi verificada. Com a queda dos desembolsos do BNDES, houve retração da taxa de investimento total na economia.



HABITAÇÃO

A Caixa, que cuida do pagamento de programas sociais e da administração do FGTS, foi responsável por mais de 75% do crédito imobiliário concedido à população no ano de 2015, direcionando mais de R\$ 370 bilhões para essa finalidade. Para efeito de comparação, no mesmo ano, Itaú, Santander, Bradesco e HSBC responderam, por R\$ 86 bilhões. A capacidade de financiamento da Caixa, ainda é alta, mas já caiu para 69%.

O desmonte a que está submetida a Caixa, com fechamento de 25 agências e 37 postos de atendimento nos últimos 12 meses e cortes de mais de 5 mil postos de trabalho, também atinge em cheio o Banco do Brasil onde 670 unidades foram fechadas e 10 mil postos de trabalho extintos.



AGRICULTURA, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Está a cargo do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste (BNB) o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf), responsável por cerca de 70% do volume de crédito concedido à agricultura familiar. Esse setor produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. A operação do Pronaf foi aberta a todas as instituições, mas somente BB e BNB ofertam esse tipo de crédito, o que revela o desinteresse dos bancos privados em operações que oferecem pouco retorno financeiro. Uma eventual redução no Pronaf elevaria, e muito, o custo dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

O BNB possui, ainda, o programa CREDIAMIGO, um exemplo de combate à pobreza por meio da Inclusão Financeira. O público-alvo do programa é composto por pessoas que trabalham por conta própria, empreendedores individuais ou reunidos em grupos solidários que atuam nos setores informal ou formal da economia ou, ainda, pessoas que tenham interesse em iniciar uma atividade produtiva, através dos bancos comunitários. O programa contribuiu para a superação da pobreza e em maior velocidade: entre 50% e 60% dos beneficiários superaram a linha de pobreza. Indivíduos com mais de cinco anos no programa elevaram suas chances de sair da pobreza entre 36% e 41%.

Quando se fala de crédito rural e imobiliário, os bancos públicos têm participação de 75% e 82,1% das concessões nessas modalidades. A análise por Região Natural, entretanto, demonstra que na Região Norte, o crédito oriundo dos bancos públicos é ainda mais relevante: representa 100% do total no caso do crédito rural e 94,5% no caso do crédito imobiliário. A análise indica que nestas modalidades, os bancos privados assumem alguma relevância apenas nas Regiões Sul e Sudeste.



REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

O Brasil, apesar de contar com um sistema financeiro reconhecidamente desenvolvido e rentável, possui alto índice de exclusão da população em relação ao acesso aos serviços financeiros. A exclusão financeira está intimamente ligada à pobreza no Brasil, sendo um elemento adicional para a reprodução da desigualdade de renda e da pobreza (LANA, 2013).

Os bancos públicos possuem papel definitivo para a alteração deste quadro gerador de desigualdades. São eles que atendem maior parcela de municípios no país, sobretudo aqueles comumente considerados menos rentáveis. Estão mais presentes nas regiões do Norte e Nordeste do Brasil, mais carentes em termos de atendimento bancário. Na região Norte, 63,3% do total de agências são de bancos públicos e na Região Nordeste, 59,3%.

Com relação ao crédito, o quadro é ainda mais crítico: os bancos públicos concentram 87,3% do crédito ofertado na região Nordeste, 94,5% na Norte, 91,8% na Centro-Oeste e 84,0% na região Sul. Apenas na região Sudeste, a mais rica do país, as instituições privadas são responsáveis pela maior parte do crédito ofertado. Isso significa que, sem instituições públicas, quatro das cinco regiões brasileiras poderão ficar sem crédito para seu desenvolvimento, acentuando as disparidades regionais já existentes.



EMPREGO E RENDA NO BRASIL

Os bancos públicos ajudaram a gerar ao longo do ano 2000 um ciclo virtuoso no Brasil: o aumento do crédito ao investimento e ao consumo fizeram a economia girar e, com isso, assistiu-se ao crescimento do emprego e da renda no Brasil.

Além disso, o emprego no setor bancário experimentou grande expansão ao longo da década, em sua maioria, concentrado nos bancos públicos. O número de bancários no Brasil em 2000 era de 402.425. Em 2012, atingiu seu ápice (512.835), um aumento de 27,4%. Os bancos públicos, que haviam sofrido drástica redução ao longo do ano de 1990, viram o emprego de bancários aumentar em 80,4% até 2012. São nos bancos públicos que se concentram os trabalhadores com melhores remunerações, além de outras conquistas garantidas nos Acordos Coletivos de Trabalho.

NÚMERO DE BANCÁRIOS E BANCÁRIAS NO BRASIL

ANO	PRIVADO	PÚBLICO	TOTAL
2000	276.037	126.388	402.425
2012	284.771	228.064	512.835
VAR.(%)	3,2%	80,4%	27,4%

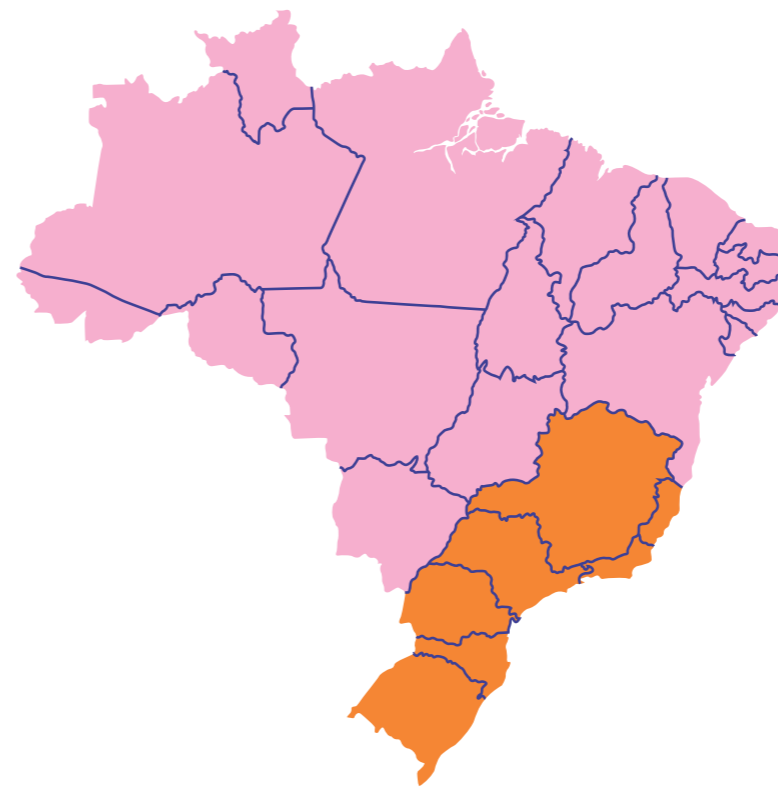
Com acesso ao emprego com carteira, o trabalhador tem acesso a novas linhas de crédito, consomem mais e toda a economia ganha. Essa lógica virtuosa foi colocada em risco com a Reforma Trabalhista, com a ameaça de privatizações e agora com a

reforma da previdência. Defender os bancos públicos é defender emprego de qualidade, protegido e os direitos do trabalhador.



O BANCO QUE NÓS QUEREMOS

Nos anos 2000, a atuação do BNDES contribuiu para reduzir as desigualdades regionais.



- O BNDES aumentou em 50% o volume de empréstimos para o Centro-Oeste, Nordeste e o Norte de R\$ 40 bi, em 2010 para R\$ 60 bi em 2014.**
- O BNDES manteve estável o volume de empréstimos para o sul e o Sudeste de R\$ 128 bi em 2010 e R\$ 128 bi em 2014.**



SE É PÚBLICO, É PARA TODOS

O desenvolvimento regional depende de investimentos concedidos pelos bancos públicos, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. O Banco do Brasil é líder absoluto no crédito ao agronegócio, com 60% de participação de mercado. O crédito imobiliário da Caixa representa 69% do mercado.



O BNDES, nos últimos anos, passou a dar prioridade e a conceder crédito para as regiões menos desenvolvidas: Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Além da atuação do BNDES, contribuem para o crescimento econômico regional a atuação do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia. E também o Banco do Brasil, a Caixa e bancos estaduais contribuem com o avanço regional, quando pulverizam agências bancárias nas regiões menos desenvolvidas de cada estado.

O BNDES tem desempenhado o papel de banco financiador da nossa indústria. Esses financiamentos se destinam às obras e à aquisição de máquinas, veículos e equipamentos nacionais. Desse modo, o financiamento do BNDES fortalece a nossa economia, não só por emprestar recursos para o empresário investidor, mas, também, por gerar muitos empregos.

Quanto maior a parcela de equipamentos, veículos e máquinas nacionais contidos nos investimentos industriais, maior o volume de empregos gerados aqui no Brasil. Além disso, na medida em que os trabalhadores da indústria gastam seus salários comprando bens e serviços, estimulam a criação de mais empregos na agricultura, na própria indústria e nos serviços.

Só em 2018, o BNDES desembolsou 69,303 milhões de recursos. Os principais destinatários foram agropecuária (R\$ 14,660 milhões), indústria (R\$12,304 milhões), infraestrutura (R\$30,433 milhões) e comércios e serviços (R\$11,906 milhões).

Em relação a regiões:

- SUL (25,9%)
- Sudeste (38,3%)
- Centro Oeste (13,6%)
- Nordeste (17,2%)
- Norte (5%)



SE É PÚBLICO, É PARA TODOS



O Banco do Nordeste é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina, com maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O banco atende 26 milhões de habitantes, nos 1262 municípios, que representam 63,4% da área do FNE.

Responsável pelo Agroamigo e o Crediamigo, maiores programas de microfinanças do país; o banco oferece crédito e apoio para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, do Empreendedor informal, da Micro e Pequena Empresa, do Agronegócio, da Inovação, do Turismo, da Indústria e da Infraestrutura.

Com apenas 8% das agências, o Banco do Nordeste é líder em financiamentos na sua área de atuação com mais de R\$ 43 milhões: financiamentos totais (68,8%), financiamentos de longo prazo (61,6%) e financiamentos rurais (53,9%).

Pelo FNE, foram mais de R\$76 milhões.

AL.....	R\$ 2.803.992.608,12
BA.....	R\$ 19.214.910.123,45
CE.....	R\$ 11.176.070.865,74
ES.....	R\$ 1.007.405.654,23
MA.....	R\$ 7.876.989.164,30
MG.....	R\$ 4.606.444.048,79
PB.....	R\$ 3.521.503.542,13
PE.....	R\$ 10.494.347.519,67
PI.....	R\$ 6.759.420.015,64
RN.....	R\$ 6.130.509.440,31
SE.....	R\$ 2.451.038.914,68
Total Geral:	R\$ 76.042.631.897,06

Agrícola.....	R\$ 9.992.105.442,19
Agroindústria....	R\$ 1.110.087.687,79
Pecuária.....	R\$ 13.399.244.277,67
Industrial.....	R\$ 11.346.679.264,92
Infraestrutura....	R\$ 22.681.214.549,57
Comércio.....	R\$ 8.116.530.672,30
Serviços.....	R\$ 9.396.770.002,62
Total Geral.....	R\$ 76.042.631.897,06



SE É PÚBLICO, É PARA TODOS



O Banco da Amazônia está presente em 100% dos 450 municípios da Região Norte através dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Ao longo de quase três décadas de operacionalização do FNO pelo Banco da Amazônia, foram contratadas mais de 700 mil operações de crédito e injetado na economia regional aproximadamente R\$ 45 bilhões, sendo 53% no setor rural e 47% demais setores.

Os benefícios macroeconômicos gerados pela ação creditícia do FNO são incremento de mais de R\$ 150 bilhões no VBP regional; crescimento de aproximadamente R\$ 80 bilhões no PIB da Região Norte; criação de quase 2,7 milhões de novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades; geração de mais de R\$ 15 bilhões em salários e elevação da arrecadação de tributos superior a R\$ 22 bilhões.

UF/DESTINAÇÃO	R\$ MILHÕES
ACRE	637,84
AMAPÁ	273,36
AMAZONA	1.731,25
PARÁ	2.733,57
RONDÔNIA	1.731,26
RORAIMA	273,36
TOCANTINS	1.731,26
SUB-TOTAL	9.111,90
FIES*	200,00
TOTAL	9.311,90

CRÉDITO NO PAÍS (* Banco Central 2018

Agências no Brasil (participação%)



(*) Bancos privados destinam grande parte dos recursos para a região sudeste, em detrimento das demais regiões. Nestas, a atuação dos bancos públicos é essencial.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS E FINANCIAMENTOS	
NORDESTE	% NO PAÍS
Carteira dos bancos públicos: 87,3%	
Total de crédito:	7,8%
CENTRO-OESTE	% NO PAÍS
Carteira dos bancos públicos: 91,8%	
Total de crédito:	10,7%
SUDESTE	% NO PAÍS
Carteira dos bancos públicos: 36,4%	
Total de crédito:	67,6%
NORTE	% NO PAÍS
Carteira dos bancos públicos: 94,5%	
Total de crédito:	2,1%
SUL	% NO PAÍS
Carteira dos bancos públicos: 84,0%	
Total de crédito:	11,8%
BRASIL	% NO PAÍS
Carteira dos bancos públicos: 53,1%	
Total de crédito:	100%



AGÊNCIAS NO BRASIL PARTICIPAÇÃO EM %

REGIÃO NORTE		
ESTADO	AG. BCS. PÚBLICOS	AG. BCS. PRIVADOS
ACRE	80,4%	19,6%
AMAZONAS	45,5%	54,5%
AMAPÁ	45,4%	54,6%
PARÁ	67,4%	32,6%
RORAIMA	62,9%	37,1%
RONDÔNIA	71,9%	28,1%
TOCANTINS	69,3%	30,7%
MÉDIA	63,3%	36,7%

REGIÃO NORDESTE		
ESTADO	AG. BCS. PÚBLICOS	AG. BCS. PRIVADOS
ALAGOAS	64,4%	35,6%
BAHIA	55%	45%
CEARÁ	58,8%	41,2%
MARANHÃO	58,4%	41,6%
PARAÍBA	60,2%	39,8%
PERNAMBUCO	51,1%	48,9%
PIAUÍ	73,2%	26,8%
RIO GRANDE DO NORTE	67,3%	32,7%
SERGIPE	56,6%	41,4%
MÉDIA	59,3%	36,7%

REGIÃO CENTRO OESTE		
ESTADO	AG. BCS. PÚBLICOS	AG. BCS. PRIVADOS
DISTRITO FEDERAL	64,3%	35,7%
GOIÁS	45,0%	55,0%
MATO GROSSO	54,1%	45,9%
MATO GROSSO DO SUL	49,8%	50,2%
MÉDIA	52,2%	47,8%

REGIÃO SUDESTE		
ESTADO	AG. BCS. PÚBLICOS	AG. BCS. PRIVADOS
ESPÍRITO SANTO	71,3%	28,7%
MINAS GERAIS	41,2%	58,8%
RIO DE JANEIRO	29,1%	70,9%
SÃO PAULO	30,8%	69,2%
MÉDIA	34%	66%

REGIÃO SUDESTE		
ESTADO	AG. BCS. PÚBLICOS	AG. BCS. PRIVADOS
PARANÁ	40,7%	59,3%
SANTA CATARINA	67,1%	32,9%
RIO GRANDE DO SUL	55,6%	44,4%
MÉDIA	55,1%	44,9%

A large crowd of people is silhouetted against a bright sunset sky. Many individuals have their arms raised in celebration. The scene is filled with a warm, golden light from the setting sun.

Se é
público,
é para
todos.

Se tem
banco público,
tem **desenvolvimento**



Defender os **bancos públicos**
é defender o **Brasil**